

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
AL FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

BB inicia incorporação do BESC

Decreto presidencial retirando Banco do Estado de Santa Catarina do PND produz primeiros efeitos práticos

Carlos Kilian

Em solenidade na Assembléa Legislativa, o presidente do BESC, Eurides Mescolotto, e o vice-presidente de Varejo do Banco do Brasil, Milton Luciano dos Santos, selaram, dia 21, o compartilhamento dos caixas eletrônicos.

A medida é o primeiro efeito prático do decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que retirou o BESC do Plano Nacional de Desestatização (PND), iniciando assim o processo de incorporação pelo Banco do Brasil.

Em Santa Catarina, os clientes das duas instituições bancárias poderão usar as máquinas de auto-atendimento do BESC e BB em todas as agências e ambientes externos. O próximo passo da incorporação será abrir licitação e contratar empresas auditoras para avaliação das instituições.



Páginas 6 e 7 No hall da Assembléa, com presença de autoridades, cerimônia unificou o uso dos caixas eletrônicos do BESC e do Banco do Brasil

Campanha da Fraternidade e Amosc em destaque

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão solene divulgou ação da CNBB para 2008 pautada na vida

Os deputados prestaram homenagem, dia 15, aos 40 anos da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), em sessão solene realizada em

Chapecó. A entidade representa 34 municípios e trabalha pelo desenvolvimento econômico e social da região. No dia 18, o Parlamento realizou sessão, no

Solon Soares



Em Chapecó, deputados homenageiam Associação dos Municípios do Oeste

Plenário Osni Régis, para divulgar as linhas de ação da Campanha da Fraternidade de 2008, que tem como tema a "Fraternidade e Defesa da Vida". O arcebispo

da Capital, Dom Murilo Krieger, participou da solenidade, falando da proposta de trabalho

Páginas 3 e 4

APROVADOS

Multas de trânsito podem ser parceladas em três vezes

Proprietários de veículos terão direito a duas cópias do licenciamento

Página 9

Ação contra governador no TSE repercute em Plenário

Página 8

OPINIÃO

O papel das ONG's na sociedade

Diariamente cresce no Brasil o número de Organizações Não-Governamentais – ONGS. Segundo estatísticas, existem hoje cerca de 250.000 entidades em nosso país. Para explicarmos o porquê desse crescimento devemos analisar primeiramente o contexto atual do Brasil, ou melhor, do mundo globalizado em que vivemos.

As transformações se multiplicam na sociedade numa velocidade espantosa, presenciamos um grande e acelerado desenvolvimento no setor de comunicações, principalmente no que tange a velocidade e ao volume da informação. A evolução incontestável do poder político e econômico não encontra precedentes na história. Há também o crescimento da urbanização e da produtividade industrial, comercial, agrícola e de serviços.

O crescimento econômico, político e social traz suas consequências, principalmente por

estar ocorrendo de maneira desordenada: Expandem-se os danos irreparáveis na natureza, cresce a violência e a degeneração ética, generaliza-se a baixa qualidade de vida e a degradação do capital humano, originados na baixa remuneração do trabalho e no crescimento desenfreado de doenças psicológicas.

Os problemas se acumulam em volumes incontestáveis e em curtíssimo espaço de tempo. O Estado deficitário não consegue mais atender a contento as necessidades de seus povos.

Multiplicam-se as reclamações na saúde, na assistência social, na educação e na pesada carga tributária imposta.

Como formas de reduzir as constantes reclamações e em complemento as ações realizadas pelos Governos, surgiram e se multiplicaram as ONGS. Elas prestam serviços de atendimento à população em

geral, promovem campanhas educativas, lutam pelos direitos civis e contra os preconceitos, defendem ativamente o meio-ambiente. Todas estas atividades em prol do bem-estar comum, principiam básicas de existência do Estado.

Por sua agilidade, as Ongs executam funções sociais, políticas, culturais e ambientais. Buscam provocar alterações estruturais na sociedade e multiplicam os esforços de abnegados cidadãos que sozinhos não seriam ouvidos e muito menos respeitados.

Devemos sempre trabalhar junto com essas organizações, quer sejam de bairros, de finalidades sociais, políticas ou ambientais. O associativismo é o caminho. Associe-se a ONG's, filie-se a partidos políticos e deixe sua marca e colaboração para o desenvolvimento social e político deste nosso Brasil.

Deputado Renato Hinnig (PMDB)

A Rodovia do Cimento

O Vale do Rio Itajaí Mirim, colonizado a partir de Itajaí, teve no início as mercadorias transportadas por picadas em cangalhas de mulas, ou a própria mercadoria vinha andando, como fazia o pioneiro Carlos Stoltemberg. Outras vinham pelo rio nas épocas de chuvas em balsas de madeiras. Com a evolução a picada foi se transformando em estrada que servia as carroças, depois aos caminhões. As montanhas que desenharam por tanto tempo as dificuldades dos pioneiros escondiam uma mina infundável de rocha calcárea.

No final de 1995, na condição de deputado federal, quando o prefeito de Vidal Ramos era Heinz Stoltemberg, levamos o superintendente da Votoran Luiz Vilar de Carvalho no município. A empresa tem concessão de lavra.

Vilar foi taxativo: "a fábrica de cimento somente será construída quando coincidir pelo menos

quatro itens: aumentar o consumo de cimento no país; a energia elétrica ficar mais fácil; a relação dólar/real for favorável; as importações forem facilitadas."

O governador da época, Paulo Afonso Vieira, o vice José Augusto Hulse, o ex-governador Casildo Maldaner e o meu colega de Câmara Federal, Leonel Pavan, manifestavam entusiasmo com a iniciativa.

No início do mandato de Fernando Henrique Cardoso, aprovamos na Câmara Federal a permissão para empresas privadas poderem gerar energia elétrica para seu uso e poderem vender o excedente à Eletrobrás.

Em 2000, o projeto da Usina do Salto Pilão nos municípios de Lontras, Ibirama e Apiúna estava pronto. Faltavam as liberações ambientais. Em 2003, com o governador Luís Henrique da Silveira, organizamos uma audiência com Antônio Hermínio de Moraes.

Batizamos o sonho de "A Rodovia do Cimento" por depender de sua logística. A idéia está chegando ao seu tempo: o consumo aumentou em 70%. Imaginem o volume para abastecer RS, SC, PR e MS; a Votorantim é sócia em geração de várias usinas hidroelétricas. Por isso terá energia própria; a relação dólar/real está muito favorável. O projeto custa U\$ 200 milhões de dólares. A grande parte dos equipamentos é importada. A fábrica custa agora a metade do que custaria quando a dólar valia R\$ 3,80; o governo facilita a importação de equipamentos sem similares produzidos no Brasil e o Estado é parceiro do projeto.

Enfim, a fábrica de cimento de Vidal Ramos modificará o quadro geopolítico e vai viabilizar o sonho de desenvolvimento de toda região.

Deputado Serafim Venzon (PSDB)

Comitiva cubana visita o Parlamento

Os deputados Pedro Uczai (PT) e José Natal Pereira (PSDB) foram os anfitriões da visita protocolar da comitiva cubana do dia 18, no gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa.

Esta é a primeira vez que o cônsul-geral de Cuba no Brasil, Carlos Trejo Sosa, visita o estado. O objetivo é estreitar relações entre Cuba e Santa Catarina. "Cuba e Brasil são parecidos em sua formação e queremos estreitar ainda mais nossas relações nas áreas econômica, cultural e social", afirmou.

Carlos Sosa também convidou

os deputados catarinenses para conhecerem Cuba, o que, segundo Uczai, poderá ter resultados significativos. "O Poder Legislativo poderá indicar nomes de jovens com dificuldades econômicas para fazer cursos em Cuba na área da saúde". Natal lembrou que os diplomas médicos cubanos não são reconhecidos no Brasil e defendeu uma mobilização dos parlamentares em Brasília para que haja o reconhecimento legal. "Esses profissionais vão trabalhar principalmente em comunidades carentes aqui no Brasil, o que é muito importante".

Alberto Neves



Pedro Uczai e José Natal Pereira recebem cônsul cubano Carlos Sosa

[AGENDA]

• 25 de fevereiro, 19 horas: Sessão Solene pela passagem dos 10 anos da lei que regulamentou o trabalho voluntário no Brasil
Local: Plenário

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Estagiários: Ariana Barbosa, Cláudia Búrigo de Menezes, Diego Marcos Xavier, Diogo Evandro Ferreira e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



Público prestigia em Plenário cerimônia dedicada ao trabalho da CNBB; arcebispo da Capital, Dom Murilo Krieger, destaca que a Igreja deve lutar contra ameaças à vida

Sessão solene divulga Campanha da Fraternidade de 2008

Confederação Nacional dos Bispos do Brasil elege defesa da vida como tema central do ano

A Assembléia Legislativa realizou, dia 18, sessão solene para divulgar a Campanha da Fraternidade de 2008. Promovida pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a campanha tem como tema "Fraternidade e Defesa da Vida", e o lema "Escolhe, pois, a vida". Na cerimônia, requerida pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT), o arcebispo de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, destacou que a 45ª campanha dá destaque à vida e, particularmente, à vida humana.

"Para nós, cristãos, essa defesa deve ser feita a partir dos critérios estabelecidos por Jesus e que estão presentes nos

evangelhos e explicitados na doutrina da Igreja."

Segundo Dom Murilo, a cada momento a vida humana é ameaçada por escolhas contra ela. Ela é ameaçada em seu início pelo aborto e ameaçada em seu curso pela eutanásia. Segundo ele, entre o início e o fim há várias expressões de morte, que já não chamam mais a atenção de muitos e, quando usadas, servem de matéria para as páginas policiais dos noticiários, recebendo o nome de homicídios, suicídios, mutilações, tormentos corporais ou mentais, tentativas para violentar as consciências, situações de vida infra-humana, prisões arbitrárias, prostituição,

condições degradantes de trabalho.

Dom Murilo resgatou a citação do saudoso Papa João Paulo II, de que a própria consciência humana está ficando condicionada, destacando que a Igreja não pode ficar indiferente a essa situação. "Cabe-lhe assumir a defesa da vida – isto é, lutar contra todas as ameaças a esse dom fundamental", observou Dom Murilo. Ele reconheceu que a luta é difícil e, mesmo, inglória, pois entende que é contra a corrente fortalecida por grupos distintos ou meios de comunicação "mais preocupados com os lucros do que com princípios e valores".



Deputado Padre Pedro pede atenção à natureza

"Ver, julgar e agir" são as ações

A Campanha da Fraternidade foi definida em três verbos: ver, julgar e agir. Para o arcebispo da Capital, o ver está em olhar o outro com amor, com espírito solidário, e não somente com olhar utilitarista. Segundo Dom Murilo, a ética cristã não aceita que as pessoas possam fazer tudo o que quiserem, sem nenhum limite externo. Ele se referiu principalmente à defesa da vida desde o momento da fecundação, criticando o aborto.

"Todo aborto provocado nega a uma criança o direito de viver quando ela ainda não pode se fazer ouvir", comentou.

Sobre julgar, ele disse que Cristo veio para nos ensinar o valor da vida. "Acolhê-lo significa, pois, reconhecer a dignidade da pessoa humana e o valor da vida. Nem tudo o que é possível é bom. A prática do bem deve submeter-se ao juízo ético". A Bioética é o ramo da ética que deve orientar as escolhas, a partir da dignidade da pessoa humana. "Essas escolhas não podem ser definidas por discussão ou voto", declarou Dom Murilo, fazendo uma crítica velada às pesquisas científicas com células troncos.

Em relação ao agir, defendeu

a necessidade de se trabalhar junto às pastorais desenvolvendo a ação em defesa da vida. "Não basta operar no âmbito de nossa consciência pessoal e de nossas comunidades, é preciso perceber que todas as ações que fazemos se somam na construção de uma sociedade mais justa e fraterna para todos. Em outras palavras, precisamos de uma série de políticas públicas em defesa da vida. E, nessa defesa, temos direito de esperar a colaboração direta daqueles que, nesta Casa, legislam em nosso nome", afirmou Dom Murilo.

Meio ambiente, o útero ameaçado

Para Padre Pedro, a Campanha da Fraternidade nos faz mergulhar em uma realidade bastante adversa e obscura e, para combater isso, alerta para o paradigma de que a vida é inegociável. "Sempre, em qualquer lugar e situação, a vida deve ser defendida intransigentemente, desde sua concepção até a morte natural", observou o deputado.

Segundo ele, a defesa da vida deve ser feita de maneira completa, não parando "no primeiro abraço materno", mas permitindo nos colocarmos no lugar daqueles que sofrem com a pobreza, a exclusão, a doença e a opressão.

Uma das ações primordiais neste aspecto defendida pelo parlamentar é a atenção ao meio

ambiente. "O Planeta Terra é o nosso útero ameaçado. Nossa morada desprezada e destruída. A degradação ambiental, a contaminação e a poluição das águas e do ar, em consequência de um sistema econômico irresponsável e desumano, desencadeiam mecanismos que põem em risco a própria sobrevivência da vida."

Ele também comentou a importância de se cuidar das pessoas excluídas, à mercê da fome e da miséria, que sofrem com a falta de políticas sociais adequadas.

Também estiveram presentes à sessão solene o deputado José Natal Pereira (PSDB), a deputada Ada De Luca (PMDB) e diversas lideranças eclesiais e comunitárias.

INSTITUCIONAL



Proposta pelo deputado Pedro Uczai, sessão solene realizada em Chapecó resgatou a trajetória da instituição, que foi a terceira municipalista criada em território catarinense

Parlamento homenageia 40 anos da Associação dos Municípios do Oeste de SC

Com abrangência de 34 municípios, entidade foca no desenvolvimento econômico e social da região

Scheila Dzedzic

Sessão solene realizada dia 15, em Chapecó, homenageou os 40 anos da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC). Representando 34 municípios da região, a entidade foi criada por lideranças locais. O propósito foi ampliar o potencial de desenvolvimento econômico e social do Oeste catarinense.

Na cerimônia, proposta pelo deputado Pedro Uczai (PT), deputados e várias outras autoridades destacaram o trabalho da instituição. O atual presidente da AMOSC e prefeito de Sul Brasil, Delci Antônio Valentini, lembrou que a prioridade de sua

gestão tem sido apoiar e fomentar ações conjuntas articuladas das prefeituras.

A entidade tem trabalhado para estruturar os municípios, inserindo-os no cenário nacional e até internacional com programas e iniciativas para fortalecer o desenvolvimento regional. "A consolidação dos projetos é que vai reforçar o desenvolvimento regional", defende Valentini. Através da associação, muitos municípios são orientados no desenvolvimento de ações de preservação ambiental, urbanização, transporte urbano, educação, saúde e alimentação escolar.

A AMOSC foi a terceira instituição municipalista criada no estado.

Congrega prefeitos e lideranças na reivindicação de obras e programas de amplitude regional, na defesa dos interesses comuns da microrregião, na qualificação dos servidores públicos municipais nas áreas estratégicas e prestação de serviços técnicos de média e alta complexidade.

Ela se tornou o principal fórum de debates e estudos regionais, marcando tendências e assinalando conquistas de elevado sentido público, como a interiorização da educação superior. Em 1974, foi criada a Fundação de Ensino e Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), atualmente mantenedora da Universidade Regional Comunitária de Chapecó (UnoChapecó).

Frases

Sadi de Marco - 1º presidente da Amosc, em 1968:

"Existia uma entidade no Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, de valorização da fronteira sudoeste do Brasil que congregava importantes microrregiões. Desta referência surgiu, em 11 de fevereiro de 1968, a ideia de aglutinar forças, já que os municípios trabalhavam praticamente de forma isolada."

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) - líder do governo - "As pegadas nas areias do tempo não foram deixadas por aqueles que ficaram sentados. Na AMOSC, há muitos que deixaram suas marcas, transformaram a entidade em um instrumento importante para nossa região. Vitorioso é aquele que cumpre com sua tarefa e seus compromissos e a AMOSC é exemplo disso. Uma das grandes bandeiras resultantes das ações da AMOSC foi a implantação da BR- 282, de Curitiba a São Miguel do Oeste."

Deputado Narcizo Parisotto - líder do PTB - "Devemos reconhecimento e destaque ao trabalho dos 40 prefeitos que presidiram esta entidade, que sempre trabalhou para o desenvolvimento de ações que resultassem em progresso para a região Oeste."

Deputado Sérgio Grando - líder do PPS - "É gratificante ouvir dos principais agentes que o desenvolvimento se deu pelo trabalho desta associação. O poder está no fortalecimento da AMOSC."

Deputado Jandir Bellini (PP) - "É gratificante a presença num evento em que se testemunha a importância de abnegados que criaram a AMOSC para fortalecer a economia e estimular lideranças políticas a fazer com que o governo estadual olhasse para esta região."

Deputado Dirceu Dresch (PT) - "Há muito acompanho a história da AMOSC. Enquanto agente de movimentos sociais, reconheço que a entidade cumpriu papel significativo em causas importantes."

Entidade trabalha no fortalecimento da municipalidade

Também homenageado, o proponente da sessão solene, deputado Pedro Uczai, que presidiu a entidade em 2003, destacou que a sessão solene foi uma forma de legitimar a contribuição da AMOSC para qualificar as administrações públicas e fortalecer a municipalidade nas últimas quatro décadas.

Uczai ressaltou que a entidade tornou-se referência no engajamento de lutas históricas, como a marcha dos prefeitos a Brasília. É uma das entidades que se destaca por levar, a cada ano, um maior número de prefeitos para

colocar na pauta de discussão do governo federal as reivindicações municipalistas.

"Ao investir em iniciativas ousadas e valorizar a aglutinação de forças, a AMOSC demonstra visão voltada ao futuro e a grandes projetos de vanguarda como a criação do Mercado Público Municipal de Chapecó, concebido em minha gestão e finalizado em 2007 pelos dirigentes que me sucederam. Hoje podemos contar com um local destinado à comercialização de produtos da agricultura familiar", exaltou Uczai.

Para o atual prefeito de Chapecó, João Rodrigues (DEM), é importante destacar que a AMOSC surgiu para unir objetivos em prol da região, papel que segue desempenhando. "Uma das mais importantes ações é a luta unificada dos prefeitos por uma partilha mais justa dos recursos públicos. O governo federal fica com o maior volume de recursos, porém é o município que tem a obrigação de realizar o trabalho e buscar as soluções mais imediatas no que diz respeito à saúde, educação e segurança de sua população".

COMISSÕES

Finanças aprova trabalho a presidiários

Projeto prevê incentivos fiscais para empresas que aderirem ao programa, reduzindo horas ociosas dos detentos

A proposta de parcerias com empresas privadas para criar oportunidade de trabalho aos presidiários catarinenses conquistou sua primeira vitória. Aprovada na reunião do dia 20, na Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 451/07 foi apresentado pela deputada Odete de Jesus (PRB), autorizando o Poder Executivo e prevendo a possibilidade de redução de ICMS às empresas que, através de convênios com o Estado, passem a fabricar, reparar ou prover a manutenção de bens do trabalho prisional, tanto no estabelecimento penal quanto fora dele.

A proposta tem a intenção de viabilizar o programa e trazer benefícios como o resgate da cidadania dos apenados, a diminuição da pena e a reintegração ao convívio social, através da ocupação e a oportunidade de serem assalariados, auxiliando e

dando algum tipo de suporte às suas famílias. A matéria deverá ser analisada ainda na Comissão de Segurança Pública antes de ser votada em Plenário. A autora solicitou regime de prioridade para a análise, alegando ser urgente a ocupação de horas ociosas dos apenados, o que possibilitará também a qualificação profissional.

O diretor geral do Departamento de Administração Prisional (DEAP), Hudson Queiroz, informa que são oferecidas condições de trabalho aos presos através de convênios com empresas e órgãos da administração estadual. Ele comenta que a Lei de Execução Penal prevê o acesso ao trabalho, mas que nas cinco penitenciárias, sete unidades prisionais avançadas (antigas cadeias) e 26 presídios do estado são levados em conta a estrutura física que permita isso acontecer sem comprometimento da se-



Deputada Odete de Jesus faz defesa, na Comissão, do projeto para resgatar cidadania de apenados

gurança.

Na penitenciária de segurança máxima de São Pedro de Alcântara, 90% dos presos realizam alguma atividade laboral, como a confecção de bolas através de

convênio com a Fesporte. O material é destinado às escolas da rede estadual. Já nos presídios que abrigam de presos condenados e detidos que aguardam julgamento, muitos realizam o trabalho

dentro da cela. Segundo Hudson, a vantagem para as empresas em realizar estes convênios é a liberação de pagamento de alguns encargos, o que diminui o custo da produção.

Audiência pública vai debater ações do Ibama em SC

Para discutir os reflexos das políticas ambientais para o estado, a Assembleia Legislativa vai realizar a audiência pública no dia 10 de março, às 14 horas, no Auditório Antonieta de Barros. O encontro vai reunir as Comissões de Justiça, Agricultura, Meio Ambiente e Transportes. Serão convidados para o encontro a bancada catarinense em Brasília e órgãos federais.

A realização da audiência pública foi definida na reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, realizada dia 19. Entre as políticas do Ibama para Santa Catarina, está a criação das reservas extrati-

vistas de Garopaba, Imbituba e da Baía da Babitonga. Outro proposta é a regulamentação dos Campos de Altitude de Santa Catarina. O assunto já foi debatido em audiência pública da Comissão de Agricultura da Assembleia, realizada em novembro na região Serrana, em Lages.

Produtores da região, que somam aproximadamente 18 mil famílias, não concordam com as propostas do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que estabelece critérios de uso e conservação dos Campos de Altitude em todo o Brasil.

Regulamentação dos campos gera polêmica

A proposta do Conama estabelece que áreas maiores que 50 hectares e acima de 850 metros de altitude serão destinadas à preservação ambiental. Com isso, os produtores ficam impedidos de ampliar atividades como agricultura, fruticultura e pecuária, o que causaria impacto negativo na economia dessas famílias.

Em contrapartida, o governo catarinense propõe critérios para uso e conservação dos campos de altitude previstos na Lei 11.428/06, conhecida como Lei da Mata Atlântica. A proposta de regulamentação dos campos de altitude divide-se em três extratos, que poderão ser objeto de uso econômico: campos entre 850 metros e 1.300 metros de altitude: os produtores deverão obedecer a legislação ambiental; campos entre 1.300 metros e 1.600 metros de altitude serão utilizados somente para a pecuária extensiva; campos com altitude superior a 1.600 metros: destinados à preservação ambiental.

O secretário de Desenvol-

vimento Regional de São Joaquim, Humberto Brighenti, é contrário às propostas dos governos federal e estadual. "Estão decretando a falência da nossa região". Brighenti disse que 75% do território de São Joaquim, por exemplo, são área de preservação permanente. Os restantes 25% ficam dentro dos 1.300 metros de altitude, impossibilitando o trabalho de 11 mil famílias que cultivam frutas.

O procurador da República, Nazareno Wolf, sugere um inventário sobre as florestas catarinenses. "O inventário vai definir o que pode e o que não pode."

Esse assunto, segundo os deputados catarinenses, precisa ser amplamente debatido, já que é polêmico e tem reflexos na economia do estado. "Temos a preocupação com o meio ambiente, mas não dá para inviabilizar o desenvolvimento de Santa Catarina", afirmou o deputado Joares Ponticelli (PP), que solicitou a audiência pública, subscrita por outros parlamentares.

Animais domésticos sem acesso a restaurantes

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou por unanimidade, na reunião, projeto que proíbe a entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados e similares (com exceção dos cães-guia). Um cartaz com a frase "Proibida a entrada de animais neste estabelecimento" deverá ser afixado em local visível e de fácil leitura. A fiscalização ficará sob responsabilidade da Vigilância Sanitária e a proposta é evitar doenças que podem ser causadas por esses animais. O autor do Projeto de Lei 590/07 é o deputado licenciado Onofre Agostini (DEM), hoje secretário do Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Outra matéria aprovada obriga os estabelecimentos bancários em Santa Catarina – oficiais e particulares – a instalarem banheiros masculinos e femininos e também bebedouros. Os banheiros deverão ser adaptados aos deficientes físicos e a instalação somente é facultativa aos postos de serviços ou correspondentes bancários com área física inferior a 18 metros quadrados. O deputado Manoel Mota, líder do PMDB, é o autor do Projeto de Lei 619/07.



Reunião do CCJ no dia 19 definiu pela realização de audiência pública

ESPECIAL

Deputados comemoram mudanças nas regras da telefonia móvel



Solon Soares

Novo regulamento, que entrou em vigor em 13 de fevereiro, consolida direitos dos usuários e aumenta deveres de prestadoras

Graziela May Pereira

As novas regras para a prestação do serviço da telefonia celular apresentadas pela Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) foram comemoradas pelos catarinenses. As mudanças implementadas pelo novo regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP), que entrou em vigor em 13 de fevereiro, ampliam e consolidam os direitos dos usuários e aumentam os deveres das prestadoras.

A notícia foi destacada pelos deputados catarinenses, já que grande parte das mudanças foi defendida na audiência pública em junho de 2007. O encontro foi solicitado pelo deputado Elizeu Mattos (PMDB) e organizado pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida

pela deputada Ada de Luca (PMDB). O resultado foi um diagnóstico dos serviços prestados pelas empresas de telefonia móvel e fixa, que foi encaminhado a autoridades e órgãos federais.

Na época, a audiência abordou o elevado número de reclamações em relação aos serviços e ao atendimento prestados pelas concessionárias de telefonia e estipulou uma diretriz para buscar medidas e soluções para se sanar os problemas identificados. Casos como o desligamento da linha telefônica solicitada pelos usuários em até 24 horas e a abertura de novos postos de atendimentos ao consumidor foram algumas sugestões apontadas na audiência pública.

As novas regras atendem às demandas dos usuários do serviço. Desde 2002 até agora, o número

de usuários chegou a mais de 120 milhões, representando crescimento de 277% na base de assinantes. Hoje, do total de acessos em serviço, 97 milhões, ou seja, 80% são pré-pagos.

A Anatel, representada na audiência pelo seu gerente geral, Fernando Pádua, anunciou para este ano a ampliação e a fiscalização do atendimento aos usuários. "A partir de 2008 vamos tentar resolver todos os problemas".

A Agência garantiu que desde então está acontecendo uma visível queda de reclamações, com exceção dos problemas relacionados à cobrança e ao cancelamento. "O sistema de cobrança, com a implantação de minutos em lugar de impulsos, facilitou o entendimento e a fiscalização do usuário".

Audiência pública deu contribuição catarinense para alterações

As propostas apresentadas durante a audiência pública, segundo a assessoria de imprensa da Anatel, estavam previstas na consulta pública realizada em 2005, mas só foram analisadas e escolhidas em agosto de 2007. A assessoria informa que as questões levantadas pelos órgãos públicos como Assembleia Legislativa, Ministério Público e Procon contribuíram e muito para a confecção das novas regras.

Segundo o deputado Elizeu

Mattos, as operadoras de telefonia móvel e fixa vinham transgredindo de forma flagrante, sem a menor preocupação, o ordenamento jurídico pátrio no que concerne aos direitos dos consumidores. "É inconcebível que um simples pedido de cancelamento de linha, a rescisão de um contrato de prestação de serviço, facultada por lei e garantida no próprio contrato, traga ao consumidor tanta dificuldade, numa quase tortura

Carlos Kilian



Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais realizou em junho passado audiência pública sobre assunto

Parlamentares levaram a Plenário insatisfação recorrente de usuários com operadoras do sistema de telefonia

O que mudou

Créditos - As operadoras serão obrigadas a oferecer créditos pré-pagos com validade de até 180 dias e revalidar os créditos expirados a partir da inserção de novos créditos.

Fidelização - O prazo de carência deixa de existir para o Plano de Serviço (mudanças entre planos podem ser feitas a qualquer momento). As regras permitem, no entanto, que a prestadora exija o cumprimento de prazo de permanência quando forem oferecidos benefícios ao usuário, como, por exemplo, a oferta de aparelhos subsidiados.

Atendimento pessoal - Foi determinado um número mínimo de lojas de atendimento pessoal por microrregião. As prestadoras deverão ter pelo menos uma loja para cada microrregião de 200 mil habitantes, dentro de 18 meses, e uma loja para cada microrregião de 100 mil habitantes, em até 42 meses. Essas medidas garantirão o atendimento pessoal nos grandes centros urbanos e permitirão que, em municípios afastados desses centros, os

usuários possam solicitar a rescisão contratual pessoalmente.

Serviços de emergência - Chamadas destinadas a Serviço de Emergência serão gratuitas, inclusive para os usuários fora da área de registro - que não pagarão roaming. A regulamentação garante ainda que, para os usuários de serviços pré-pagos, essas chamadas e outras que não impliquem em débitos a ele (chamadas a cobrar, por exemplo) poderão ser realizadas mesmo se os créditos estiverem vencidos.

Rescisão contratual - O regulamento considera falta grave a retenção de pedidos de rescisão contratual. Após receber um pedido de rescisão, a operadora terá até 12 horas para enviar ao usuário, por mensagem de texto, o número do protocolo do recebimento do pedido - que poderá ser feito por e-mail, Central de Atendimento, mensagem de celular. O serviço deve ser desabilitado até 24 horas após o recebimento do pedido de rescisão.

BESC e Banco do Brasil unificam caixas eletrônicos

Os correntistas do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e do Banco do Brasil (BB) podem efetuar saques e verificar saldo de conta corrente e de poupança em qualquer equipamento de auto-atendimento das duas instituições, sem custo adicional de desde o dia 21. Este é o primeiro passo da incorporação do BESC pelo BB que está prevista para o segundo semestre de 2008.

A cerimônia que selou o compartilhamento dos equipamentos aconteceu no Hall da Assembléia

Legislativa, com a presença do presidente do BESC, Eurides Mescolotto, do vice-presidente de varejo do BB, Milton Luciano dos Santos, do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), representando o presidente da Casa, Julio Garcia (DEM), e do secretário da Administração em exercício, Paulo Eli, representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), além de funcionários de carreira das duas instituições bancárias.

Em Santa Catarina, os clientes

do banco do estado poderão utilizar as máquinas de auto-atendimento do BB em todas as agências e em ambientes externos, como postos, quiosques, shoppings, aeroportos e supermercados. Em outros estados e até mesmo no exterior, os correntistas poderão utilizar as máquinas apenas em ambientes de auto-atendimento externos.

Os correntistas do BB terão acesso aos serviços nos 137 municípios em que o BESC é a única instituição bancária presente.

Carlos Kilian



Presidente do BESC, Eurides Mescolotto, assina termo para compartilhamento de caixas eletrônicos

Decreto retira banco do PND

Em solenidade que aconteceu em Brasília, dia 20, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou o decreto que retirou o banco catarinense do Plano Nacional de Desestatização (PND). O BESC é a primeira e única instituição a sair do PND e que vai permanecer pública.

O BB já possui compartilhamento de auto-atendimento com o Banco do Nordeste do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, mas com o BESC será diferente, já que o BB se propôs a assumir suas

funções. "A fusão ganha significado porque é a primeira ação efetivadora do compartilhamento da estrutura, nos tornamos parte da família BESC em Santa Catarina. Eu acompanho o carinho e o apreço que os catarinenses têm pelo seu banco", explicou Milton Luciano.

A assinatura do contrato representa para Mescolotto a luta de muitos anos para manter o BESC público. "Deputados, militantes populares e sindicais, mas sobre-

tudo os funcionários que lutaram calados, sofreram na carne muita desilusão, lutaram para que a privatização não acontecesse. O BESC nunca mais será privatizado, esse foi o compromisso assumido por Lula em 2002", comemorou.

Para Peninha, a Assembleia Legislativa se agilizou e deu o "pontapé inicial", pois em 2008 as contas dos servidores serão administradas pelo BB. "Com a incorporação todos vão ganhar, principalmente os catarinenses", comemorou.

Próximos passos da incorporação

De acordo com Milton Luciano, a partir da publicação do decreto da incorporação do BESC pelo BB, cada banco terá 30 dias para abrir licitação e contratar uma empresa auditora que fará uma avaliação financeira da instituição. Depois disso, as duas empresas terão mais 45 dias para apresentar o levantamento de cada banco.

Os documentos apresentados pelas empresas serão encaminhados para o Banco Central e à Comissão de Valores Imobiliários (CVM), já que os dois bancos têm ações na Bolsa de Valores. As duas instituições têm o prazo de um ano para cumprir as exigências burocráticas e finalizar a transição.

As mudanças

- Os saques diários limitam-se a R\$ 900 para BESC e de R\$ 500 para os do BB.

- Vale o cartão com a mesma senha, identificação positiva e outros recursos de segurança do banco.

- Não há necessidade de cadastramento e, a partir do lançamento, todos os clientes que possuam cartão estarão aptos a utilizar os serviços.

Ação contra governador domina sessões

Processo no TSE contra Luiz Henrique da Silveira monopoliza discurso de deputados ao longo da semana

Andréa Leonora
Rodrigo Viegas

O assunto que domina o meio político catarinense, o Recurso contra Expedição de Diploma nº 703, que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) responde no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), movido pela coligação Salve Santa Catarina, monopolizou as discussões das sessões plenárias desta semana na Assembléia Legislativa. Uma eventual condenação pode culminar com a cassação do diploma do governador e do vice-governador.

Na última sessão do TSE, dia 21, o ministro Marcelo Ribeiro levantou a preliminar de que o vice-governador, Leonel Pavan (PSDB), não teria sido ouvido. Depois de ampla discussão, a maioria dos ministros concordou em suspender o julgamento para ouvir a defesa do vice-governador, já que seria diretamente prejudicado por uma eventual cassação dos diplomas.

Repercussão

O líder do governo na Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), considerou a inclusão de Pavan no processo uma vitória política. "Não há como se



Líder governista conversa com base durante uma das sessões ordinárias

condenar qualquer cidadão sem o direito de defesa", destacou. "Vamos reverter o processo e governador Luiz Henrique vai concluir o mandato", disse.

O líder do PSDB na Assembléia Legislativa, deputado Marcos Vieira, também avaliou a decisão como vitoriosa para a sociedade catarinense. "Prevaleceu a teoria da legalidade. Caso Pavan não fosse ouvido, o prejuízo a ele seria irreparável", afirmou.

Para o presidente estadual do PP, deputado Joares Ponticelli, a atitude dos ministros foi acertada. "Sem ouvir Pavan, o processo poderia ser anulado mais adiante. Agora ele segue sem qualquer contaminação", ressaltou.

Na última semana, com a declaração de três dos sete votos dos ministros do TSE contrários ao governador, oposição e base governista utilizaram seus espaços na Casa Legislativa abordando o processo, as possibilidades jurídicas e desdobramentos políticos.

No Plenário, o deputado Silvio Dreveck, líder do PP, reclamou que aliados do governador estão tentando "mudar o foco dos fatos arrolados no processo", afirmando que a ação pede a cassação por abuso do poder político e econômico. Para Ponticelli, independente do resultado do processo, o desgaste político para o PMDB é grande.

Entenda o caso

A coligação que apoiou o adversário de Luiz Henrique no segundo turno de 2006, Esperidião Amin (PP), acusa o atual governador de abuso do poder político e econômico, o que teria desequilibrado a eleição e tornado a votação inválida. Entre as denúncias, estão a veiculação, entre o segundo semestre de 2004 e junho de 2006, de campanha publicitária institucional "Santa Catarina em Ação", divulgando obras estaduais. O PP argumenta que se trata de propaganda eleitoral disfarçada, fora do período autorizado por lei, além de promoção pessoal à custa de dinheiro público.

Outras denúncias estão ligadas ao envio, pelo governador em exercício à época, Eduardo Pinho Moreira, de projeto à Assembléia, durante a campanha eleitoral do segundo turno, isentando do IPVA proprietários de motos com até 200 cilindradas. O

candidato Esperidião Amin havia feito a mesma proposta em seu programa eleitoral cinco dias antes e acusa o adversário de abuso de poder político. Outra acusação é a publicação em dezenas de jornais filiados à Associação de Diários do Interior (ADI), no primeiro semestre de 2006, de um caderno especial chamado "40 meses de mudanças" com um balanço do primeiro mandato de Luiz Henrique. Com isso, a oposição acusa o governo de ter feito propaganda eleitoral ilegal.

A defesa do governador e de seu vice, Leonel Pavan (PSDB), também incluído na ação, consiste no fato de o governador ter renunciado ao cargo em junho de 2006 para concorrer em igualdade de condições com seus oponentes. Já o projeto de isenção de IPVA é tratado como uma ação de Pinho Moreira, nada tendo a ver com o então candidato Luiz Henrique. O caderno

especial é tratado como matéria jornalística, não tendo relação com a campanha eleitoral. Vale lembrar que ação semelhante teve desfecho positivo para o governador no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O caso foi analisado pelo Tribunal e o relator, desembargador José Trindade dos Santos, concluiu pela condenação e cassação do diploma do governador Luiz Henrique e do vice Leonel Pavan, mas foi voto vencido.

Ação semelhante corre agora no TSE, onde, em fevereiro do ano passado, foi ajuizado o Recurso contra Expedição de Diploma nº 703. Em agosto de 2007 foi o julgamento e o ministro Ari Pargendler entrou com pedido de vista. O processo só voltou a tramitar no dia 14, quando o ministro Marcelo Ribeiro também pediu vista. No dia 21, o TSE decidiu suspender o julgamento para receber a defesa do vice-governador.

Defesa aposta na justiça

O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), iniciou, no dia 19, seu pronunciamento descrevendo o bom momento vivido pelo estado, creditando a situação ao trabalho do governador Luiz Henrique. "Isso se dá por conta do trabalho de muitas mãos, mas também pela forma ousada, firme, séria e retilínea de Luiz Henrique na condução do Poder Executivo."

Nadal classificou o governador como "animador de novos negócios" para Santa Catarina e disse temer que a economia do estado sofra prejuízos em consequência do Recurso contra Expedição de Diploma em andamento.

"A todo momento propala-se que está selado o destino de Luiz Henrique e isso é uma inverdade. O processo do TRE absolveu o governador e o do TSE é inconcluso. O julgamento foi suspenso e não se podem fazer projeções. Os ministros vão votar com autonomia e justiça. E Luiz Henrique deverá permanecer no comando de Santa Catarina", afirmou Nadal.

"Toda a área jurídica está trabalhando e temos convicção de que o TSE vai absolver o governador, como já o fez o TRE em outro processo", acrescentou. Sobre o prejuízo para a imagem do estado, disse que ocorre, sim, nas áreas econômica e social.



Ponticelli (E) prevê desgastes políticos ao PMDB, independente do resultado

Outros depoimentos

"Celeridade no julgamento é o que precisamos. A demora na decisão pode causar prejuízos aos investimentos de mais de R\$ 12 milhões previstos para o estado nos próximos anos". **(Dagomar Carneiro - PDT)**

"A Coligação Salve Santa Catarina nada mais está fazendo do que instalar um clima de instabilidade no estado, questionando uma decisão tomada pelos eleitores, em voto secreto e direto. Até mesmo a idoneidade da imprensa foi questionada, a ponto das entidades representativas assinarem uma nota oficial contra o parecer do ministro Ari Pargendler, do TSE." **(Marcos Vieira - PSDB)**

"O TSE e a Justiça devem cravar um marco na questão que envolve a propaganda institucional de todos os entes federativos em todas as esferas. É o que nos cabe dizer. Há uma decisão de bancada de não comentar o assunto, cuja análise, agora, cabe tão somente à Justiça." **(Padre Pedro Baldissera - PT)**

"Existem duas justíças: a legal e a divina, e esta fará com que Luiz Henrique da Silveira possa ter sucesso no TSE, porque o processo não está transitado em julgado. Mesmo que todos os votos sejam iguais, há caminhos legítimos a serem seguidos. A plenitude da democracia é a vontade do povo e o povo já deu a Luiz Henrique cinco mandatos de deputado federal, duas vezes o comando da prefeitura de Joinville e a eleição e reeleição ao governo do Estado. Com sua trajetória, ele não merecia passar por isso." **(Gelson Merísio - DEM).**

PLENÁRIO

Plenário autoriza parcelamento de multas de trânsito

As infrações de trânsito cometidas pelos motoristas catarinenses poderão ser parceladas. Nesse sentido, foi aprovado, dia 19, em Plenário, o Projeto de Lei n.º 44/07, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP). O projeto agora aguarda a apreciação do Executivo.

Segundo o substitutivo global do deputado Marcos Vieira (PSDB), as multas cometidas até a data da publicação desta lei poderão ser parceladas em até três vezes.

As parcelas serão reajustadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).



Kennedy: benefício aos motoristas

O projeto ainda determina

que o vencimento da última parcela não poderá ultrapassar o mês imediatamente anterior ao do licenciamento veicular anual, de acordo com o dígito final da placa do veículo. O mesmo não poderá ser transferido de propriedade enquanto não for saldada a dívida junto ao Detran/SC.

Vieira ainda afirmou que o projeto possibilita aos catarinenses a oportunidade de cumprir suas obrigações. "O Estado ganhará com isso e por isso o projeto teve que ser aperfeiçoado. Ganham os catarinenses e ganha o Estado", concluiu Marcos Vieira.

Vítimas de violência sexual têm Programa de Atendimento Especial

As mulheres e crianças vítimas de violência sexual, a partir de agora, contam com assistência médico-legal, médico-assistencial, psicológica, social e jurídica. Esse tipo de assistência faz parte do Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual, criado por intermédio do Projeto de Lei n.º 456/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), aprovado em Plenário e encaminhado para apreciação do Executivo.

De acordo com o programa, a vítima de violência terá direito a transporte especial em veículo descharacterizado, da delegacia policial em que ocorrer a comunicação do fato até o hospital, de lá até a delegacia policial de que a vítima tiver sido transportada ou até o local onde ela vier a indicar.

É caracterizado como violência sexual o estupro, atentado violento ao pudor, sedução, corrupção de menores, rapto violento e perigo



Odete: amenizar o sofrimento

de contágio venéreo. "A delonga no atendimento é um grande constrangimento, somado às complicações físicas e psicológicas sofridas pelas vítimas desse tipo de violência. Esse projeto visa colaborar com essas pessoas", disse. Segundo a parlamentar, é dever do poder público amenizar o sofrimento das vítimas, proporcionando-lhes pronto atendimento e assistência.

Licenciamento de veículos poderá ser expedido em duas vias

Com a finalidade de facultar aos proprietários de veículos automotores licenciados em Santa Catarina o recebimento de duas vias do Certificado de Licenciamento Anual (CLA), expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran), o deputado Gelson Merísio (DEM) apresentou o Projeto de Lei n.º 146/07, aprovado no dia 19 e que agora espera parecer do Governo.

O projeto também altera a Tabela III da Lei n.º 7.541, de 30 de dezembro de 1988, que dispõe sobre as taxas estaduais, em seu artigo 1.º.

Na justificativa, Merísio diz que, em virtude do estado de insegurança instaurado atualmente, tornou-se prática o porte de cópia autenticada do documento em questão, mantendo o original



Merísio: estado de insegurança

em local seguro.

Pela Resolução n.º 205, de 20 de outubro de 2006, do Conselho Nacional de Trânsito, estabeleceu-se a obrigatoriedade do porte do CLA original, proibindo a partir de 15 de abril de 2007 o

uso de cópia autenticada.

A adoção da medida proposta permite ao contribuinte proprietário de veículo a opção de já retirar o documento em duas vias quando do licenciamento anual, condicionado ao pagamento de taxa diferenciada, podendo desta forma cumprir a nova determinação do órgão de trânsito e também manter uma via guardada em local seguro, para ser usada em caso de necessidade, sem que para isso tenha de pagar a taxa de segunda via, hoje fixada em R\$ 53,00.

No projeto de Merísio, cria-se a medida compensatória a uma eventual renúncia de receita, por conta da emissão em duas vias, que diminuiria a arrecadação da taxa de 2ª via, atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Região de municípios do Sul é denominada Vale da Uva Goethe

Com o propósito de atribuir a alguns municípios da região Sul o título de Vale da Uva Goethe, o Plenário aprovou o Projeto de Lei n.º 650/07, de autoria do deputado Décio Góes (PT). De acordo com o autor do projeto, os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza receberão a denominação. O projeto foi encaminhado ao Executivo para aprovação ou veto.

Góes ressaltou que o projeto de lei foi baseado na obra "Vales da Uva Goethe", de autoria de Paola May Rebollar, Carolina Quimento Velloso, Rogério Ern, Hamilton Justino Vieira e Aparecido Lima da Silva. Na visão do Presidente da Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe, Renato Damian, o futuro da vitivinicultura da região de Urussanga ganhará mais força e importância resgatando a história do vinho catarinense e mostrando o surgimento da uva Goethe no estado. "Essa oportunidade faz com que os "Vales da Uva Goethe" se tornem conhecidos por pesquisadores, enófilos e consumidores,



Góes: incentivo aos agricultores

atribuindo à região o mérito de localidade produtora de um vinho típico e de qualidade.

A aprovação do projeto fortalece a marca do vinho Goethe como um produto registrado que resgata a identidade exclusiva da região, pelas características singulares da uva e excelente qualidade dos vinhos com ela produzidos.

Para o parlamentar, o reconhecimento da lei estadual é um incentivo aos municípios designados continuarem a se empenhar no cultivo da Uva e produção do vinho Goethe.

Com a aprovação da lei, a tabela de taxas de serviços gerais cobradas através da Secretaria da Segurança Pública, ficarão assim especificadas:

Certificado de Registro de Veículo - CRV, 1ª via	71,00
Transferência de veículo	71,00
Certificado de Registro de Veículo - CRV, 2ª via	171,00
Alteração de dados do veículo ou do proprietário	71,00
Vistoria em veículo, no órgão de trânsito	28,00
Vistoria em veículo, fora do órgão de trânsito	58,00
Vistoria lacrada	58,00
Certificado de Licenciamento Anual - CLA, em uma via	41,00
Certificado de Licenciamento Anual - CLA, em duas vias	51,00
Certificado de Licenciamento Anual - CLA, via adicional	53,00
Autenticação de cópia do Certificado de Licenciamento Anual - CLA	6,00
Escolha de placa (dentro das possibilidades das placas livres)	171,00
Placas de experiência e renovação anual	300,00

Parlamentares cobram segurança na ponte de Navegantes

Morte de goleiro do Marcílio Dias acirra debate em torno da ligação sobre o rio Itajaí-Açu na BR-101



Divulgação

Trânsito da ponte tem sido caótico em razão das obras, trazendo prejuízos diários para os motoristas

Denise Arruda Bortolon

As obras na ponte de Navegantes sobre o rio Itajaí-Açu, na BR-101, que liga o município a Itajaí, estão trazendo transtornos ao trânsito dos dois municípios e na própria rodovia. Cada motorista leva cerca de três horas para percorrer um trecho de dez quilômetros. Para fugir das filas na ponte, as alternativas são o Ferry Boat e a balsa para fazer a travessia do rio. Como consequência estão ocorrendo congestionamentos no centro de Itajaí.

A queda do veículo na ponte sobre o rio Itajaí-Açu que resultou na morte do goleiro de futebol Marcelo Vacaria, do Clube Náutico Marcílio Dias, de Itajaí,

no dia 17, acirrou a discussão.

Com o objetivo de organizar o trânsito na região, o deputado Jandir Bellini (PP), apresentou a Moção nº 12/08 para o superintendente do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT/SC), João José dos Santos, para que sejam tomadas medidas quanto à alocação de policiais especializados para orientar o trânsito durante a execução das obras.

A proposição, amplamente debatida no dia 19, recebeu o apoio dos deputados tucanos Serafim Venzon, Nilson Gonçalves e José Natal Pereira, e também de Pedro Uczai (PT), Edson Piriquito (PMDB) e Silvio Dreveck (PP).

Deputados debatem reflexos da obra

De acordo com o deputado Jandir Bellini, o superintendente do DNIT garantiu que as obras aconteceriam sem a interdição de uma das pistas, principalmente no sentido Norte. "O fechamento de uma das pistas interferiu no perímetro urbano de Itajaí e a população está se mobilizando para paralisar a BR-101 caso as autoridades não tomem as ações necessárias", acrescentou.

Venzon, por sua vez, questionou o fechamento das pistas para a colocação de braçadeiras de metal para a construção de uma

passarela para pedestres. Para ele, a construção de muros de contenção é mais importante. "A proteção lateral da ponte está destruída. Aquilo é a visão do inferno, um desrespeito com as pessoas que pagam tributos", enfatizou.

A necessidade de implantação de barreiras maciças de concreto para evitar acidentes foi comentada pelo deputado Piriquito. Ele falou sobre o Projeto de Lei nº 668/07, de sua autoria, que determina a utilização dessas barreiras nas obras a serem executadas, nas pontes, elevados,

viadutos e pistas de rolamento, em todas as rodovias estaduais de Santa Catarina. "As pontes têm que continuar em destaque. Sou a favor de enfrentarmos filas em defesa da vida", observou. E ele também se mostrou favorável a uma força-tarefa para reduzir o tempo das obras.

O líder do PP, deputado Silvio Dreveck, sugeriu paralisações de meia hora em cada sentido da ponte para testar o fluxo. "É uma tentativa de melhorar o trânsito. Também estamos acompanhando esta desorganização", emendou.

Petistas elogiam DNIT

Os deputados Jailson Lima, Ana Paula Lima, ambos do PT, e José Natal Pereira (PSDB), elogiaram o trabalho que vem sendo realizado pelo superintendente do DNIT.

Eles enfatizaram que a população deve ter paciência, já que uma obra da envergadura da ponte sobre o rio Itajaí-Açu sempre causa alguns transtornos - e que o processo de licitação para a construção do muro de contenção está previsto para acontecer dentro de 180 dias.

"Não podemos partidizar o que está acontecendo", rebateu Jailson, dizendo ainda que a obra é uma reivindicação de anos.

"Na duplicação feita na época do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) a ponte não foi concluída, já que o muro de contenção e a passarela não foram feitos. Mas vão acontecer agora, com recursos de mais de R\$ 1 milhão, oriundos do Ministério dos Transportes", salientou o deputado, rebatendo as queixas em torno da obra.

Projeto prevê cassação de inscrição no ICMS para quem comercializar bebidas ilegalmente

Cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS), dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas é o que dispõe o Projeto de Lei 65/07, do deputado Darci de Matos (DEM).

Em sua justificativa, o parlamentar explica que a proposição objetiva preservar a saúde de crianças e adolescentes ao determinar a eliminação de pontos de venda de drogas. Também alerta o comerciante para que denuncie este tipo de prática ilegal às portas



Darci: preservar a saúde

de seu estabelecimento.

O não cumprimento da proposição implica na apuração, por parte

da Secretaria da Fazenda, que será comprovada por todos os meios de prova admitidos em direito. A falta de regularidade da inscrição do cadastro de contribuintes do ICMS implica no impedimento do seu exercício do mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele, além da proibição do ingresso de pedido de inscrição de nova empresa no mesmo ramo de atividade.

O Poder Executivo divulgará no Diário Oficial do estado a relação dos estabelecimentos penalizados, fazendo constar os respectivos CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), nome completo dos sócios e endereços de funciona-

Campo Alegre é Capital Catarinense da Ovelha

O município de Campo Alegre, no Norte do Estado, foi declarado Capital Estadual da Ovelha. O objetivo do Projeto de Lei nº 494/07, de autoria do deputado Antônio Aguiar (PMDB), aprovado dia 19, é homenagear o município que é sede da Festa Estadual da Ovelha, onde anualmente ocorre um encontro técnico de ovinocultores.

Este ano a festa será realizada nos dias 17 e 18 de março e a gastronomia à base de carne de ovelha é o seu ponto alto. Emancipada de São Bento do Sul em 1897, a cidade tem sua economia baseada na agropecuária,

principalmente com rebanhos bovinos, ovinos e eqüinos.



Aguiar: homenagem

PLENÁRIO

Parlamentares questionam ação das guardas municipais

A atuação das guardas municipais em Santa Catarina está sendo questionada por alguns parlamentares, depois do conflito entre integrantes da Guarda Municipal de Florianópolis (GMF) e funcionários do escritório da rádio Regional FM, de Santo Amaro da Imperatriz, no centro da Capital. Foram levantadas dúvidas em relação à competência. O assunto é alvo de polêmica também em Joinville.

O deputado Marcos Vieira, líder do PSDB, anunciou que na próxima sessão da Assembleia Legislativa, dia 26, vai apresentar requerimentos endereçados ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e ao prefeito Dário Berger (PMDB)

Ao governador, Vieira vai pedir que, junto com a prefeitura, sejam formados grupos de trabalho para esclarecer as competências da GMF e da PM, a fim de que a população não sofra mais com os conflitos entre as duas instituições. Para o prefeito, o parlamentar vai enviar pedido de que não autorize a GMF a usar armas de fogo e algemas na cintura. Para os deputados, a Guarda Municipal deve estar desarmada e não ter poder de polícia. A ela cabe a orientação de trânsito e a guarda do patrimônio público.

O deputado Kennedy Nunes (PP), reforçou que quem deve dar



Vieira vai apresentar requerimento a governador e prefeito da Capital

a legalidade de atuação às duas instituições – GMF e PM – é a Constituição Federal. “Essa discussão precisa ser feita em Brasília”, disse o deputado. “Há uma dúvida jurídica. Realizar blitz e pedir documentos não é atribuição do guarda municipal, e sim do policial militar”, concluiu, lembrando que

a população de Joinville também sofre com o problema.

“É evidente que há um conflito grande de atuação e a prejudicada é a população, com agressões verbais desnecessárias e outras arbitrariedades”, disse Vieira, que não concorda com que os guardas usem algemas e armas na cintura.

Deputados defendem redução da jornada de trabalho

A proposta de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salário, feita pelas centrais sindicais do país, entre elas a CUT e a Força Sindical, foi defendida por alguns parlamentares na sessão de quinta-feira, 21. Eles apresentaram dados estatísticos e estudos de universidades internacionais que mostram que a redução da jornada traria benefícios para a saúde do trabalhador e para a economia do país.

Após defender a campanha na tribuna, a deputada Ana Paula Lima (PT) distribuiu cópias do abaixo-assinado da Campanha Nacional Unificada Pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário no Parlamento.

Em função disso, a parlamentar fez um manifesto pelo recolhimento das assinaturas de seus pares, tendo em vista as entidades de classe terem iniciado uma batalha que visa arrecadar 5 milhões de assinaturas até o dia 1º de maio para forçar o Congres-

so Nacional a votar o assunto.

Na avaliação das centrais sindicais brasileiras, é preciso reverter a trajetória do mundo do trabalho, retomar o crescimento



Ana Paula: abaixo-assinado

econômico e gerar empregos. Segundo o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o potencial de geração direta de novos postos de trabalho, caso haja essa redução, atinge mais de 2 milhões de empregos novos.

De acordo com a parlamentar, a produtividade de nossa indústria cresceu 150% nos últimos 15 anos, entretanto, os salários médios no Brasil estão abaixo da maioria dos países, comprovando a necessidade da medida.

A redução da jornada de trabalho representa um aumento na qualidade de vida, visto que, mais concentrados e menos cansados, os trabalhadores produzem mais e melhor. O líder do PPS na Assembleia, deputado Professor Grando, defende que a reforma trabalhista seja feita de fato para beneficiar o trabalhador brasileiro.

O petista Dirceu Dresch afirma que a medida é importante porque contribui na geração de empregos e, conseqüentemente, na geração de renda, movimentando a economia do país. Concordando com o colega, o deputado Padre Pedro Baldissera, líder do PT na Casa, acredita ainda que a redução da jornada implica na melhoria da qualidade do trabalho.

[GABINETES]

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE CIDADES

O deputado Décio Góes (PT) representou a Assembleia Legislativa na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Cidades - Inovação democrática e transformação social para cidades inclusivas no século 21. O evento aconteceu de 13 a 16 de fevereiro no Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica (PUC) em Porto Alegre/RS.

A conferência teve quatro temas centrais: Direito à cidade; Governança e democracia em cidades; Desenvolvimento local em cidades; e Sustentabilidade e Cidade-Rede. E seu objetivo principal é captar a diversidade de iniciativas de inovação democrática e transformação social que vêm surgindo nos últimos anos, criando um ambiente de reflexão coletiva, de discussão e apresentação de experiências, que permita uma abordagem da temática do desenvolvimento de cidades de modo mais orgânico ou sistêmico.

O evento é dirigido a gestores públicos (prefeitos, vereadores e operadores de políticas públicas), acadêmicos e especialistas, lideranças comunitárias e, enfim, a todos os promotores governamentais, empresariais e sociais de experiências de participação democrática focalizadas em territorialidades urbanas e voltadas para a indução do desenvolvimento local em cidades. (Assessoria do gabinete do deputado Décio Góes)

COMISSÃO DE APOIO

Durante encontro realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) na Assembleia Legislativa, que contou com a presença de representantes de bancadas da oposição, a deputada Odete de Jesus (PRB), sugeriu a criação de uma comissão de negociação entre professores e governo do estado. O grupo deve ser composto por outros parlamentares que mediarão a negociação entre o estado e os professores.

A classe reivindica, junto ao governo do estado, o atendimento a diversos itens para se manterem ativos e em sala de aula. “A situação deve ser avaliada de forma detalhada para que as negociações transcorram de forma clara e que resultem na solução do impasse”, avalia a parlamentar.

Esta semana também a deputada teve sancionado projeto de sua autoria, que trata a utilização da madeira apreendida no Estado de Santa Catarina pelos órgãos de amparo e proteção ao meio ambiente e repressão a crimes ambientais. A madeira apreendida será encaminhada à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB) e utilizada na construção de casas populares, ou então destinada a instituições educacionais, hospitalares, penais, entre outras – com fins beneficentes, de preferência nos municípios em que tenha ocorrido a apreensão ou infração. (Marly de Paulla, assessora da deputada estadual Odete de Jesus)

FRENTE DE SOLIDARIEDADE A CUBA

O cônsul-geral de Cuba no Brasil, embaixador Carlos Trejo Sosa, esteve na terça-feira (19) visitando o gabinete do deputado Sargento Amauri Soares (PDT) para pedir apoio na criação de uma frente parlamentar catarinense de solidariedade a Cuba, com o objetivo de aprofundar as relações de amizade entre os países.

Trejo informou que Santa Catarina é o estado brasileiro que mais relações comerciais têm com Cuba. Um dos destaques é a importação de ônibus da empresa Busscar. Mas os gêneros alimentícios estão entre os produtos mais comprados pela ilha, através da Perdigão, Sadia e Frangosul. Cuba também consome calçados, móveis e cerâmica das empresas catarinenses.

O embaixador falou que desses muitos produtos do estado estão sendo substituídos por outros importados da China. No entanto, ele garantiu que os cubanos preferem fazer comércio com o Brasil. Segundo ele, 52% das transações comerciais do país são feitas com a América Latina. “Estamos interessados em ser sócios dos catarinenses e receber investimentos em Cuba”, afirmou o cônsul. (Alexandre Brandão, assessor do deputado Sargento Amauri Soares)

COMUNIDADE

O mar como sala de aula

Crianças da pré-escola e do ensino fundamental de São José aprendem educação ambiental na prática

Divulgação



Cerca de 25 mil crianças e adolescentes já passaram pelo barco-escola, onde em aulas práticas conhecem o cultivo de moluscos, como o marisco, e estudam problemas ambientais

Graziela May Pereira

Inclusão social e educação ambiental são os princípios básicos do Centro Municipal de Educação Ambiental Escola do Mar, em São José. Criado em 2005, o programa já atendeu cerca de 25 mil crianças e adolescentes e tem como objetivo trabalhar a educação ambiental como ferramenta de sensibilização.

Na Escola do Mar, crianças da pré-escola até a 9ª ano do ensino público do município podem estudar e discutir as principais questões ambientais, aprendendo através de aulas práticas dados referentes ao ecossistema do litoral de São José.

A escola ainda oferece práticas culturais, cultivo de moluscos, estudo sobre problemas ambientais e locais de arrasto, hoje proibido, possibilitando o entendimento do

Eduardo Guedes de Oliveira



Damáσιο: prêmios de destaque

conflito entre os pescadores e as exigências da política de preservação das espécies marinhas.

Temas como zona costeira e marinha, pesca artesanal, atividades de aquicultura, mata atlântica, manguezais, praias e costões rochosos são foco do estudo. Segundo o diretor do projeto, Cleber Damásio, as crianças têm um aprendizado que é fundamental para a criação de uma mentalidade de preservação. "Nós podemos levar os estudantes em diversos tipos de ecossistema. A Escola do Mar proporciona isso. É o estudo *in loco* através do Barco-Escola", disse.

Ele lembra que o projeto começou com duas mil crianças e em 2007 atingiu mais de 11 mil pessoas. "O mais legal disso é saber que, se cada uma dessas pessoas passarem o conhecimento adquirido aqui para mais dez pessoas, nós vamos alcançar um grande número de lutadores pelo meio ambiente."

A Escola do Mar já ganhou muitos prêmios de relevância nacional devido aos serviços prestados ao meio ambiente. Entre eles, estão o Prêmio em Destaque Nacional em Meio Ambiente 2006, do Instituto Ambiental Biosfera, e o Prêmio Fritz Miller 2007.

A Escola do Mar funciona de segunda à quinta-feira atendendo cerca de 80 alunos por dia da rede municipal de ensino de São José. Nas sextas-feiras, a escola é aberta a todas as outras escolas da rede estadual e particular de ensino.

Pontapé inicial foi ligação histórica com a pesca

A comunidade litorânea de São José sempre viveu da pesca de arrasto. Uma prática que causava muitos conflitos com a polícia.

Em 1985, o então secretário municipal de Educação, Fernando Elias, atual prefeito, se sensibilizou com a situação dos pescadores e desenvolveu um projeto ga-

rantindo o sustento do mar sem transgredir a lei.

A idéia foi implantar a maricultura no município, uma atividade que colocou a Grande Florianópolis em destaque no cenário nacional. Na época, o problema foi solucionado. Com o passar do tempo, surgiu a preocupação com a qua-

lidade da água. Foi então que em 2005, a Prefeitura de São José criou a Escola do Mar, que tem como um de seus objetivos diminuir o processo de degradação do ambiente marinho.

Em 2006, chegou o Barco-Escola, que possibilita fazer um estudo das espécies *in loco*.

Os projetos oferecidos

• **Projeto Baía Limpa** – Visa conhecer, através da geração de dados, a qualidade do ecossistema formado pelas baías norte e sul acompanhando a qualidade da água, análise de sedimentos e avaliação do aporte poluidor dos afluentes fluviais.

• **Projeto Colônia de Férias** – Tem como objetivo retirar da ociosidade os alunos da rede

pública municipal, proporcionando momentos de recreação educativa durante o período de férias letivas. Este ano a colônia atendeu 280 crianças durante uma semana.

• **Projeto UEDA** – Unidade Experimental Demonstrativa de Aquicultura – Destinada ao ensino e pesquisas em aquicultura. Fonte fornecedora de material biológico

para aulas de laboratório.

• **Projeto Barco-Escola** – Com capacidade para 42 passageiros e dois tripulantes o, barco-escola funciona como umas das principais ferramentas pedagógicas no processo. O objetivo fazer é com que os alunos tenham maior conhecimento do ecossistema das baías, reconhecendo *in loco* toda a biodiversidade.

Divulgação



Alunos da rede pública acompanham a confecção de redes de pesca nas aulas da Escola do Mar